



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO
SETORIAL DE CONTABILIDADE
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, tem a competência atribuída pelo art. 96, inciso I, alínea “a”, da Constituição Federal e pelos artigos. 29 e 30 da Lei nº 4.737, de 15/7/1965 (Código Eleitoral), é um órgão pertencente à estrutura do Poder Judiciário Federal, com sede à Av. Princesa Isabel, 201- Tambiá - CEP 58020-911 - João Pessoa/PB e tem por finalidade assegurar a organização e o exercício de direitos políticos.

O Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba caracteriza-se como uma Corte de 2º grau, responsável pela apreciação dos recursos oriundos de julgamentos realizados na 1ª instância (zonas eleitorais) do Estado da Paraíba e também pelo julgamento das ações de sua competência originária, que se iniciam diretamente no 2º grau. Para tanto, trabalha alinhado com as orientações, determinações, instruções e padronizações oriundas do Tribunal Superior Eleitoral — TSE. Administrativamente, o TRE-PB, com a colaboração e apoio dos cartórios eleitorais, faz a gestão das eleições em todo o Estado, sendo responsável por todas as suas etapas, desde a inscrição dos eleitores até a apresentação dos resultados das eleições e a diplomação dos eleitos.

É regido pela Resolução nº 09, de 30/07/2015, que regulamenta suas atribuições e as de seus membros (alterada pelas Resoluções nºs 01, de 04/2/2016; 08, de 30/6/2016; 01, de 09/2/2017, 24, de 18/12/2017; 12, de 25/06/2018; 28, de 11/12/2018; 24, de 03/08/2020 e 31, de 23/9/2020). As competências das unidades integrantes da Secretaria do Tribunal, com as atribuições dos cargos e as funções comissionadas, estão previstas nas Resoluções nº 14, de 16/9/2019 (e alterações) e nº 8, de 20/7/2010 (e alterações), que dispõe sobre a regulamentação das atribuições, atividades e estrutura administrativa da Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba. As competências e atribuições que normatizam os atos processuais da 1ª instância estão previstas no Regulamento Interno das Zonas Eleitorais do Estado da Paraíba, aprovado pela Resolução nº 17, de 13/9/2021.

O TRE-PB, pelo fato de integrar um segmento do Poder Judiciário Federal no qual a regra é a Justiça gratuita, não possui receita própria, pois não realiza arrecadação de tributos. Para cumprir seus objetivos institucionais, recebe dotações orçamentárias e os respectivos recursos financeiros via repasse efetuado pelo TSE. Dessa forma, o seu desempenho na gestão orçamentária, financeira e patrimonial é melhor avaliado a partir da execução orçamentária, quando implementa ações necessárias ao atendimento dos objetivos da gestão, com gastos em custeio e investimentos. A partir de uma gestão orçamentária eficiente e responsável, pautada pela transparência e atendimento à sua missão institucional, tem-se como consequência um adequado desempenho financeiro seguido de resultado patrimonial.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL

ESPECIFICAÇÃO		ATIVO	NE	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE				2.869.186,13	2.873.628,27
Caixa e Equivalentes de Caixa	1			682.969,82	787.330,25
Créditos a Curto Prazo				326.649,89	202.784,15
Demais Créditos e Valores				326.649,89	202.784,15
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo				-	-
Estoques	2			927.747,35	1.077.461,41
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda				-	-
VPDs Pagas Antecipadamente				931.819,07	806.052,46
ATIVO NÃO CIRCULANTE				47.016.875,00	46.152.468,99
Ativo Realizável a Longo Prazo				429.782,79	-
VPDs Pagas Antecipadamente				429.782,79	-
Investimentos				-	-
Imobilizado	3			42.966.702,26	42.568.803,35
Bens Móveis				20.411.581,37	19.601.842,80
Bens Móveis				43.214.796,90	40.884.342,80
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis				-22.803.215,53	-21.282.500,00
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis				-	-
Bens Imóveis				22.555.120,89	22.966.960,55
Bens Imóveis				25.977.766,31	26.288.683,85
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis				-3.422.645,42	-3.321.723,30
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis				-	-
Intangível	4			3.620.389,95	3.583.665,64
Softwares				3.620.389,95	3.583.665,64
Softwares				3.620.389,95	3.583.665,64
(-) Amortização Acumulada de Softwares				-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares				-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais				-	-
Direitos de Uso de Imóveis				-	-
Diferido				-	-
TOTAL DO ATIVO				49.886.061,13	49.026.097,26

PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2021	2020
PASSIVO CIRCULANTE	5	3.101.011,10	12.328.393,96
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		3.009.091,61	12.236.751,43
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		29.723,15	91.642,53
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		-	-
Obrigações de Repartição a Outros Entes		-	-
Provisões a Curto Prazo		-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo		62.196,34	-
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		-	-
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo		-	-
Demais Obrigações a Longo Prazo		-	-
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		3.101.011,10	12.328.393,96
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
ESPECIFICAÇÃO		2021	2020
Patrimônio Social e Capital Social		-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		-	-
Reservas de Capital		-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-
Reservas de Lucros		-	-
Demais Reservas		-	-
Resultados Acumulados	6	46.785.050,03	36.697.703,30
Resultado do Exercício		-1.333.020,27	-8.125.051,75
Resultados de Exercícios Anteriores		36.697.703,30	44.581.628,26
Ajustes de Exercícios Anteriores	11	11.420.367,00	241.126,79
(-) Ações / Cotas em Tesouraria		-	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		46.785.050,03	36.697.703,30
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		49.886.061,13	49.026.097,26

O Balanço Patrimonial relata a posição contábil e financeira da entidade, retratando os bens, direitos e deveres, além da posição do patrimônio líquido e sua evolução em 2021, em relação ao exercício de 2020. Na composição do Ativo, o item Imobilizado representa 86,13% do total do Ativo, composto pelos investimentos em bens móveis (47,51%), principalmente em tecnologia da informação, bem como em imóveis, que perfazem 52,49% do Ativo. O Ativo teve um acréscimo de 1,75% em 2021. Já o Passivo Circulante teve uma redução de 74,85%, ocasionando um aumento do Patrimônio Líquido em 27,49%.

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ATIVO FINANCEIRO	682.969,82	787.330,25	PASSIVO FINANCEIRO	2.365.660,00	1.023.320,51
ATIVO PERMANENTE	49.203.091,31	48.238.767,01	PASSIVO PERMANENTE	2.858.328,32	12.298.753,71
			SALDO PATRIMONIAL	44.662.072,81	35.704.023,04

Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes apresenta os valores de liquidez imediata (Ativo Financeiro), e exigível a curto prazo (Passivo Financeiro), os investimentos de caráter permanente, como os estoques, intangíveis, bens móveis e imóveis do TRE-PB (Ativo Permanente), bem como os registros patrimoniais sem suporte orçamentário, como as provisões de férias.

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ESPECIFICAÇÃO/Saldo dos Atos Potenciais Ativos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	3.962.854,74	3.668.322,60
Atos Potenciais Ativos	3.962.854,74	3.668.322,60
Garantias e Contragarantias Recebidas	3.962.854,74	3.668.322,60
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	-	-
Direitos Contratuais	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-
TOTAL	3.962.854,74	3.668.322,60

PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ESPECIFICAÇÃO/Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	26.991.031,11	26.695.928,92
Atos Potenciais Passivos	26.991.031,11	26.695.928,92
Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	-	-
Obrigações Contratuais	26.991.031,11	26.695.928,92
Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	26.991.031,11	26.695.928,92

O Quadro de Compensações evidencia os atos administrativos que não afetam o patrimônio do TRE-PB de imediato, mas que podem vir a afetá-lo no futuro. As Garantias e Contragarantias Recebidas correspondem aos valores das garantias oferecidas pelas empresas ao TRE-PB, tais como seguro garantia, fiança bancária e depósito caução, exigidas pela Lei nº 8.666/1993 (Lei de Licitações), vinculadas às obrigações contratuais relacionadas aos valores de todos os contratos firmados com o TRE-PB, englobando todo o período contratual com as empresas de prestação de serviços, tais como cessão de mão de obra de limpeza, portaria, vigilância armada, motoristas, serviços de correios, telefonia, serviços de comunicação de dados, manutenção predial, serviços de assistência médica, contratos de aluguéis, serviços de monitoramento, dentre outros.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2021	2020
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		168.755.216,51	178.987.674,32
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	50,00
Impostos		-	-
Taxas		-	50,00
Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		11.430,36	10.511,21
Venda de Mercadorias		-	-
Vendas de Produtos		-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		11.430,36	10.511,21
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		180,03	73,93
Juros e Encargos de Emprést. e Financiamentos Concedidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		180,03	73,93
Transferências e Delegações Recebidas	7	167.604.512,23	177.157.291,18
Transferências Intragovernamentais		167.477.647,17	176.104.944,90
Outras Transferências e Delegações Recebidas		126.865,06	1.052.346,28
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorp. de Passivos	8	46.655,18	252.313,69
Ganhos com Incorporação de Ativos		46.655,18	252.313,69
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		1.092.438,71	1.567.434,31
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		1.092.438,71	1.567.434,31

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		170.088.236,78	187.112.726,07
Pessoal e Encargos	9	125.213.557,37	134.281.825,18
Remuneração a Pessoal		99.153.673,55	108.294.862,10
Encargos Patronais		19.938.919,56	19.413.747,46
Benefícios a Pessoal		5.918.909,86	6.256.565,05
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		202.054,40	316.650,57
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		20.829.008,70	21.117.145,23
Aposentadorias e Reformas		13.837.773,60	14.023.745,56
Pensões		6.931.277,98	7.019.731,14
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		59.957,12	73.668,53
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	10	21.474.184,09	27.534.763,12
Uso de Material de Consumo		1.380.529,76	3.076.744,02
Serviços		16.162.514,20	19.629.381,57
Depreciação, Amortização e Exaustão		3.931.140,13	4.828.637,53
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		6.735,72	152,09
Juros e Encargos de Mora		6.062,21	152,09
Variações Monetárias e Cambiais		659,51	-
Descontos Financeiros Concedidos		14,00	-
Transferências e Delegações Concedidas		1.604.204,39	2.870.578,81
Transferências Intragovernamentais		1.122.582,51	1.577.673,66
Outras Transferências e Delegações Concedidas		481.621,88	1.292.905,15
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorp. de Passivos		189.187,21	445.893,79
Perdas Involuntárias		696,40	45.988,75
Desincorporação de Ativos		188.490,81	399.905,04
Tributárias		197.518,06	160.192,60
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		29.529,22	35.421,02
Contribuições		167.988,84	124.771,58
Custo-Mercadorias, Produtos Vend. e Serviços Prestados		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		573.841,24	702.175,25
Premiações		-	4.730,00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		573.841,24	697.445,25
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		-1.333.020,27	-8.125.051,75

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, indicando o resultado patrimonial do exercício, que pode apresentar superávit ou déficit.

Conforme demonstrado, o Resultado Patrimonial de 2021 apresentou um déficit de R\$ 1.333.020,27, com redução em torno de 83,60% em relação ao exercício de 2020. A variação se justifica, em sua maior parte, pelo fato de que em 2021 não foram realizadas eleições, o que não demanda o consumo de materiais e acréscimo de gastos com mão de obra necessários à realização, como ocorreu em 2020.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RECEITA					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES		-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL		-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS		-	-	-	-
REFINANCIAMENTO		-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		-	-	-	-
DÉFICIT		-	-	169 296 404,12	169 296.404,12
TOTAL		-	-	169 296 404,12	169 296 404,12
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS		-	2.090.986,00	-	-2.090.986,00
Créditos Cancelados		-	2.090.986,00	-	-

DESPESA							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES		169.172.438,00	170.849.788,00	168.152.605,32	166.100.640,92	166.090.837,33	2.697.182,68
Pessoal e Encargos Sociais		141.116.347,00	143.276.557,00	141.867.581,39	141.644.032,37	141.644.032,37	1.408.975,61
Outras Despesas Correntes		28.056.091,00	27.573.231,00	26.285.023,93	24.456.608,55	24.446.804,96	1.288.207,07
DESPESAS DE CAPITAL		813.561,00	1.227.197,00	1.143.798,80	954.004,57	954.004,57	83.398,20
Investimentos		813.561,00	1.227.197,00	1.143.798,80	954.004,57	954.004,57	83.398,20
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	DE	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	DAS	169.985.999,00	172.076.985,00	169.296.404,12	167.054.645,49	167.044.841,90	2.780.580,88
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	Dívida	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	Dívida	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	COM	169.985.999,00	172.076.985,00	169.296.404,12	167.054.645,49	167.044.841,90	2.780.580,88
TOTAL		169.985.999,00	172.076.985,00	169.296.404,12	167.054.645,49	167.044.841,90	2.780.580,88

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	20.507,79	881.139,10	498690,19	497.866,86	370.974,82	32.805,21
Pessoal e Encargos Sociais	-	27.800,00	12.394,98	12.394,98	15.405,02	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	20.507,79	853.339,10	486.295,21	485.471,88	355.569,80	32.805,21
DESPESAS DE CAPITAL	-	92.033,37	61.464,37	61.464,37	30.569,00	0,00
Investimentos	-	92.033,37	61.464,37	61.464,37	30.569,00	0,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	20.507,79	973.172,47	559.331,23	559.331,23	401.543,82	32.805,21

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	29.640,25	6.316,43	4.227,59	19.096,23
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	29.640,25	6.316,43	4.227,59	19.096,23
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	29.640,25	6.316,43	4.227,59	19.096,23

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais (R\$ 141.867.581,39) representam 84,79% das despesas totais pagas, no montante de R\$ 167.044.841,90. Esse percentual é explicado em razão da função específica de prestação de serviços jurisdicionais e administrativos pelo TRE-PB, ocorrendo maior gasto com pessoal. A diferença apurada entre as despesas empenhadas e a dotação atualizada, de R\$ 2.780.580,88 é composta, em sua maior parte, pela economia orçamentária verificada também em gastos com pessoal.

BALANÇO FINANCEIRO

INGRESSOS		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
Receitas Orçamentárias	-	-
Ordinárias	-	-
Vinculadas	-	-
Previdência Social (RPPS)	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	167.477.647,17	176.104.944,90
Resultantes da Execução Orçamentária	167.431.537,81	175.603.765,13
Sub-repasse Recebido	167.431.537,81	175.603.765,13
Independentes da Execução Orçamentária	46.109,36	501.179,77
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	12.394,98	500.000,00
Demais Transferências Recebidas	4.237,70	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	29.476,68	1.179,77
Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	3.761.404,80	3.184.512,15
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	9.803,59	29.640,25
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	2.241.758,63	973.172,47
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	420.974,45	602.061,42
Outros Recebimentos Extraorçamentários	1.088.868,13	1.579.638,01
Arrecadação de Outra Unidade	1.088.868,13	1.578.065,95
Demais Recebimentos	-	1.572,06
Saldo do Exercício Anterior	787.330,25	129.685,71
Caixa e Equivalentes de Caixa	787.330,25	129.685,71
TOTAL	172.026.382,22	179.419.142,76

DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
Despesas Orçamentárias	169.296.404,12	175.880.629,06
Ordinárias	143.181.538,59	150.066.336,28
Vinculadas	26.114.865,53	25.814.292,78
Seguridade Social (Exceto Previdência)	3.616.008,06	3.647.915,18
Previdência Social (RPPS)	20.726.384,44	19.587.372,64
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	1.772.473,03	2.579.004,96
Transferências Financeiras Concedidas	1.122.582,51	1.578.245,72
Resultantes da Execução Orçamentárias	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	1.122.582,51	1.579.245,72
Movimentos de Saldos Patrimoniais	1.122.582,51	1.579.245,72
Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-
Pagamentos Extraorçamentários	924.425,77	1.171.937,73
Pagamentos dos Restos a Pagar Processados	6.316,43	0,00
Pagamentos dos Restos a Pagar Não Processados	559.331,23	555.780,11
Depósitos Restituídos e Valores Vinculados	358.778,11	616.157,62
Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Saldo para o Exercício Seguinte	682.969,82	787.330,25
Caixa e Equivalentes de Caixa	682.969,82	787.330,25
TOTAL	172.026.382,22	179.419.142,76

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	911.108,51	1.866.451,47
INGRESSOS	168.987.489,75	178.286.644,33
Outros Ingressos Operacionais	168.987.489,75	178.286.644,33
Ingressos Extraorçamentários	420.974,45	602.061,42
Transferências Financeiras Recebidas	167.477.647,17	176.104.944,90
Arrecadação de Outra Unidade	1.088.868,13	1.578.065,95
Demais Recebimentos	-	1.572,06
DESEMBOLSOS	-168.076.381,24	-176.420.192,86
Pessoal e Demais Despesas	-147.073.119,75	-155.219.465,98
Judiciário	-126.221.036,30	-134.195.239,85
Previdência Social	-20.784.218,55	-20.996.762,64
Encargos Especiais	-67.864,90	-27.463,49
Transferências Concedidas	-19.521.900,87	-19.005.323,54
Intragovernamentais	-19.521.900,87	-19.005.323,54
Outros Desembolsos Operacionais	-1.481.360,62	-2.195.403,34
Dispêndios Extraorçamentários	-358.778,11	-616.157,62
Transferências Financeiras Concedidas	-1.122.582,51	-1.579.245,72

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-1.015.468,94	-1.208.806,93
INGRESSOS	-	-
DESEMBOLSOS	-1.015.468,94	-1.208.806,93
Aquisição de Ativo Não Circulante	-978.744,63	-394.802,04
Outros Desembolsos de Investimentos	-36.724,31	-814.004,89
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-104.360,43	657.644,54
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	787.330,25	129.685,71
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	682.969,82	787.330,25

RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os recursos financeiros na conta única e depósitos bancários na Caixa Econômica Federal. As disponibilidades de caixa do TRE-PB são mantidas na conta única da União, em observância ao princípio da unidade de tesouraria, mantida no Banco Central do Brasil, acolhendo todas as disponibilidades financeiras da União. Os depósitos bancários mantidos na Caixa Econômica Federal correspondem às garantias contratuais oferecidas pelas empresas contratadas. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Créditos e valores a curto prazo

Correspondem aos valores a receber a curto prazo e referem-se a Salários e Ordenados – Pagamento Antecipado, Créditos a Receber por Folha de Pagamento e Créditos a Receber Decorrentes de Infrações. O TRE-PB não utiliza a rubrica Ajustes para Perdas Prováveis devido à especificidade dos seus créditos.

Estoques

Os estoques representam os bens de consumo necessários aos atendimentos mensais de demandas de todos os setores administrativos do TRE-PB. Os estoques são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição, com existência física constatada mediante levantamento de inventário instruído pelo processo SEI 0010184-16.2021.6.15.8000, utilizando-se para mensuração ou avaliação das saídas dos estoques o método do custo médio ponderado.

VPDs Pagas Antecipadamente

Compreendem os pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPDs) antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço ao TRE-PB ocorrerão ao longo do exercício, como as assinaturas, anuidades e outros serviços necessários ao desenvolvimento das atividades institucionais.

Ativo realizável a longo prazo e investimentos

No que diz respeito a créditos ou direitos a longo prazo, o TRE-PB só pode dispor dos direitos relacionados às VPDs pagas antecipadamente e que os benefícios ou prestação de serviços correspondentes ocorrerão após o término do exercício e não possui recursos aplicados em investimentos.

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. O ativo imobilizado é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição, produção ou construção, ficando sujeito à depreciação quando seus elementos tiverem vida útil econômica limitada. Cumpre esclarecer que os procedimentos para reavaliação dos bens móveis no âmbito do TRE-PB são regulados também pela Orientação COFIC/SOF/TSE Nº 01/2010, de 20 de setembro de 2010.

Com relação aos bens imóveis, os de uso especial são controlados pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUNET), sob a gestão da Secretaria de Patrimônio da União, da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Poder Executivo Federal.

Intangível

Corresponde às aquisições de softwares e renovações de licenças de uso, bens incorpóreos, destinados à manutenção das atividades do TRE-PB. São mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção. Os bens intangíveis de vida útil definida são amortizados mensalmente, cujo registro é representado pela conta de amortização acumulada.

Depreciação de bens móveis

O método de cálculo da depreciação é o das cotas constantes, sendo que a vida útil econômica do ativo é definida na Macrofunção SIAFI nº 020330, editada pela Secretaria do Tesouro Nacional. A depreciação dos bens móveis é iniciada a partir do momento da colocação do bem em uso.

Depreciação dos bens imóveis

Os bens imóveis são controlados pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUNET), sob a gestão da Secretaria de Patrimônio da União, da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Poder Executivo Federal. O cálculo e a contabilização dos encargos da depreciação dos bens imóveis são de responsabilidade da mencionada secretaria.

De acordo com o artigo 7º da Portaria Conjunta SPU/STN Nº 703, de 10 de dezembro de 2014, O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, será apurado mensal e automaticamente pelo sistema sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle, expressa na seguinte equação:

$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da aquisição

x = vida útil transcorrida da aquisição

Passivo

O passivo circulante do TRE-PB corresponde às contas de Pessoal a Pagar, Encargos a Pagar, Fornecedores e Contas a Pagar e Demais Obrigações a Curto Prazo, como depósitos de terceiros de conta caução. Essas obrigações são mensuradas pelos valores conhecidos ou calculáveis.

Provisões

No caso do TRE-PB, as provisões correspondem aos encargos trabalhistas de férias e décimo terceiro salário. As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos é provável e é possível a estimativa confiável do seu valor.

Cabe esclarecer que, por orientação da Coordenação-Geral de Contabilidade da União, através da Macrofunção 021142 – Folha de Pagamento, em atendimento ao Acórdão nº 1322/2018, do TCU/Plenário, a partir do exercício de 2018 ocorreu importante adequação nos critérios de constituição das provisões de férias e abono constitucional de férias, bem como do décimo terceiro salário, em consonância com o regime de competência.

Assim, a provisão mensal de férias passou a ser calculada considerando o valor do abono constitucional de férias, na proporção de 1/3 (um terço), acrescido do salário do período de férias. Em relação à conta de décimo terceiro salário, o novo critério estabelece a apropriação mensal reconhecendo a obrigação do duodécimo da referida despesa.

Apuração do resultado do Exercício

O resultado do exercício do TRE-PB é apurado em consonância com a Lei 4.320/64, com a Lei Complementar 101/2000 e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Assim, a execução do orçamento desta Unidade cumpre as determinações do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da própria Lei Orçamentária Anual (LOA), na qual as receitas são previstas e as despesas são fixadas. Cabe ressaltar que o TRE-PB não possui receita própria. As arrecadações de multas eleitorais são destinadas ao Fundo Partidário, administrado pelo TSE, e ao Tesouro Nacional.

Da execução das suas dotações orçamentárias e dos recebimentos dos fluxos financeiros (transferências recebidas), bem como das alterações independentes da execução orçamentária, apura-se, no final do exercício, o resultado patrimonial, em que é realizada a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e as variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas pelo regime de competência quando for provável a ocorrência de benefícios econômicos e quando puderem ser mensuradas. Seguem o regime de caixa as transferências recebidas, sendo uma exceção ao regime de competência, conforme preconiza o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

As VPD também são reconhecidas pelo regime de competência, quando for provável a ocorrência de decréscimos nos benefícios econômicos, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de compromissos. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas e às transferências concedidas, que seguem o regime de caixa.